FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Guiomar Namo de Mello

1. De todos os investimentos para a Educação Básica a formação do professor é o de melhor custo benefício e o que pode dar maior sustentabilidade às políticas de melhoria da qualidade da educação básica. Um bom professor beneficia pelo menos 25 a 30 alunos por ano durante 25 anos. Vale o mesmo raciocínio, só que ao revés, para o mau professor.
2. O sistema de formação de professores para a educação básica no Brasil padece de equívocos estruturais: (a) quanto ao lugar dos cursos de formação no conjunto do ensino superior; (b) quanto à separação entre professores multidisciplinares da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental e professores especialistas em disciplinas dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio; e (c) quanto ao próprio modelo de formação formalista e sem vinculação com a prática.
3. A formação de professores precisa buscar perfis docentes sintonizados com as políticas públicas para a educação básica, e com as metas de aprendizagem fixadas nacional ou regionalmente. O MEC e as secretarias de educação básica devem ter um papel ativo na definição dos currículos e conteúdos formativos da carreira docente. Por causa da estrutura da universidade e sua necessária autonomia, em muitos países a formação de professores se faz em instsituições de ensino superior não universitárias. É o caso do *Institut de Formation de Mai*tres da França, do *Referendariat* da Alemanha, dos Institutos de Formación Docente da Espanha e da América Latina de colonização espanhola. Quando a formação docente dentro da universidade, existe uma escola ou faculdade específica para isso, como o Teachers College e instituições similares nos Estados Unidos e Inglaterra.
4. No Brasil a formação de professores está a cargo da universidade ou de instituições de ensino superior sobre as quais o MEC exerce apenas o controle formal e cartorial que exerce sobre os demais cursos, com a agravante de que não temos mecanismos de certificação nem de avaliação de resultados da formação de professores que orientem as políticas de recrutamente e seleção das secretarias de educação estaduais e municipais. Em outras palavras, a formação inicial de professores tem total "autonomia" porque não está vinculada às instâncias de condução das políticas de educação básica.
5. A primeira tentativa de criar instituições com vocação específica para formar professores foi abortada desde Afrânio Peixoto nos anos 1930; no início dessa mesma década São Paulo importou a missão francesa que criou a USP e, não havendo onde colocar os cursos superiores de formação de professores especialistas por disciplinas (para as séries mais avançadas da educação básica), criou o modelo que existe até hoje no qual essa preparação é um "sub-produto" dos bacharelados, o famoso 3+1 (três anos de formação téorica e um ano de formação pedagógica); nesse modelo não é preciso existir uma Escola de Professores na universidade porque cada área do conhecimento pode licenciar para lecionar naquela especialidade; desde os anos 1960 educadores e intelectuais tão importantes quanto diferentes – de Maria José Werebe a Milton Santos – criticam esse modelo mas mudá-lo vai requerer uma política nacional lúcida que ainda está para ser implementada;
6. Enquanto isso a formação dos professores multidisciplinares de Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental era realizada em cursos de nível médio na modalidade Normal; ora, quando se profissionalizou todo o ensino médio (Lei 5692/1971), o Normal, único profissional que funcionava, foi para a vala comum dos cursos profissionalizantes e se deteriorou; a solução adotada foi levar a formação desses professores multidisciplinares para o ensino superior Não havendo onde colocar uma formação multidisciplinar numa universidade (ou ensino superior) dividida em feudos disciplinares, a solução então foi atribuí-la aos cursos de pedagogia originalmente destinado a formar gestores, coordenadores e planejadores da educação.

7. Criou-se um monstro bicéfalo: professores especialistas por disciplinas que quando têm uma boa formação só sabem a sua disciplina e depois passam por um “assoprão” pedagógico no final do curso; e professores multidisciplinares que ingressam num curso no qual não se ensina disciplina nenhuma das que vão ensinar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Fundamental, mas que são entupidos de pedagogês, como se para formar um médico fosse suficiente aprender história da medicina, sociologia e psicologia da medicina.

8. Uma das consequências mais graves desse modelo formativo é a quase total dissociação entre a teoria da formação e a prática profissional, geralmente realizada em estágios sem qualquer relação significativa com os conteúdos aprendidos no curso superior.

9. As universidades públicas não valorizam a carreira de professor, seguem tratando-os como um sub-produto de estudos bacharelescos; com a expansão da educação básica e a demanda por professores, essa lacuna foi preenchida pelo ensino superior privado e, neste, tornou-se a opção mais barata seja no curso de Pedagogia seja em licenciaturas por disciplinas sobretudo nas áreas de ciências humanas e letras.

10. O MEC adotou para a Pedagogia e as Licenciaturas no ensino superior privado os mesmos critérios formais e cartoriais que adota para os demais cursos, ignorando que alguns deles têm organismos corporativos que controlam a qualidade do profissional ou enfrentam mercados de trabalho mais competitivos. No magistério, ao contrário, não há competição na entrada, sempre existe vaga e basta o diploma de qualquer instituição autorizada.

11. A divisão entre professores multidisciplinares e especialistas segmenta o processo de desenvolvimento infantil de modo arbirtrário. É um monstro bicéfalo que se reproduz em cada equipe escolar de ensino fundamental fazendo que este seja como o visconde partido ao meio de Calvino: uma equipe que sabe (quando sabe) o conteúdo do ensino e não sabe nada de como ensinar e uma equipe cujo pedagogês não serve para nada porque não sabe o que ensinar; e espera-se que essa equipe faça um projeto pedagógico comum.

12. A segunda tentativa de criar uma instituição voltada para a formação de professores de toda a educação básica foi abortada recentemente quando o CNE tentou regulamentar o ISE – Instituto Superior de Educação –colocado na LDB por Darcy Ribeiro, que deveria ter como base o Curso Normal Superior e incorporar aos poucos as licenciaturas em disciplinas específicas. A iniciativa encontrou feroz oposição da “nomemklatura” pedagógica brasileira e, com nova norma aprovada pelo atual Ministro desautorizou as instituições privadas que haviam criado os ISEs com os Normais Superiores (veja a este respeito artigo anexo de Eunice Dhuram).

13. Mas o que é mais grave é que a o modelo de formação de professores determina a organização da escola e do currículo, o uso do espaço e do tempo, as práticas de planejamento e gestão, a forma como as aulas são distribuidas; as várias formas de associação e sindicalização dos professores; enfim, muitos dos fatores que incidem sobre a qualidade da educação.

14. A única e importante vantagem desse modelo é sua sustentabilidade financeira. A formação de professores é quase toda feita pelo ensino superior privado, portanto é financiada pelo proprio aluno (futuro professor) e não padece dos altos custos por aluno das universidades públicas. Um sistema de bolsas de estudo para egressos do ensino médio condicionadas à avaliação externa das instituições formadoras, será muito mais barato do que ampliar as vagas no setor público, mesmo que essas bolsas sejam suficientemente generosas para atrair alunos com perfil acadêmico mais robusto.

15. É preciso pensar estratégicamente nos recursos docentes do país. No futuro vamos precisar de bons professores, que substituam os hoje existentes. Essa necessidade deverá expressar-se num fluxo que a médio prazo vai repor integralmente o plantel docente hoje existente. Toda e qualquer melhoria na formação desse fluxo de mais de um milhão de professores vai representar um ensino melhor para dezenas de milhões de alunos.

16. É portanto urgente desde já investir na organização de um sistema nacional de credenciamento de cursos e certificação de competências docentes radicalmente diferente da atual

processualistica de autorização e reconhecimento de cursos superiores em geral; apoiar escolas avaliadas e credenciadas, com assistência técnica e financeira; condicionar o exercício do magistério à conclusão de curso em instituição credenciada e à avaliação para certificação de competências docentes.

17. Medidas dessa natureza teriam custos financeiros relativamente pequenos se comparados aos que são necessários para arcar com os ônus do fracasso escolar, recuperar a qualidade da aprendizagem, acelerar a escolaridade e regularizar o fluxo de milhões de alunos de professores incompetentes. Além dos custos adicionais de organizar grandes empreendimentos de capacitação ou educação continuada para quem, se tivesse aprendido a aprender poderia ser um auto gestor de sua própria capacitação, que poderia ser realizada na escola, sem a parafernália dos encontros de massa.